

## RESPOSTA A QUESTÃO DE ORDEM (ART. 17, RICD)

A presente questão de ordem busca amparo no artigo 17, parágrafo segundo do Regimento Interno, que dispõe:

*§ 2º Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a presidência ao seu substituto, e não a reassumirá enquanto se debater a matéria que se propôs discutir.*

No entanto, o art. 17 refere-se às atribuições do Presidente da Câmara dos Deputados, não do Presidente da Comissão.

*Art. 17. São atribuições do Presidente, além das que estão expressas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:*

É correto dizer que o art. 17 é utilizado por analogia para os Presidentes de Comissão, mas apenas em questões que não sejam tratadas de maneira específica para os presidentes de Comissão, como é o caso da necessidade de ausentar-se de sua cadeira.

*Art. 43. Nenhum Deputado poderá presidir reunião de Comissão quando se **debater ou votar matéria** da qual seja Autor ou Relator.*

No art. 43, que trata especificamente da presidência da Comissão, o Regimento prevê que não se pode presidir, apenas no caso em que se “**debater ou votar MATÉRIA**”, da qual seja autor ou relator.

Só é possível debater ou votar matéria, em reuniões deliberativas, o que não é o caso dessa reunião, que trata de audiência pública para receber um Ministro de Estado, como preconizado na Constituição de 1988.

Ainda que se faça uma interpretação extensiva do art. 17, § 2º, tentando enquadrar o presidente de Comissão, na obrigação prevista, o artigo menciona especificamente “*Para tomar parte em qualquer **discussão***”.

Ocorre que, a palavra discussão, no caso em análise, trata de um momento processual específico, inclusive previsto no capítulo XII, um capítulo inteiro só para si. A palavra discussão não é usada em sentido amplo, referindo-se a qualquer tipo de debate, como quer fazer constar Vossa Excelência, na presente questão de ordem.

Essa interpretação, de a palavra Discussão referir-se ao momento específico processual que antecede a Votação, fica clara quando olhamos para o art. 255 e 256, que trata de reunião não deliberativa de audiência pública e percebemos a ausência da palavra discussão para referir-se ao uso da palavra pelos parlamentares.

No caput do art. 255, o legislador usa apenas as palavras instruir e tratar.

No art. 256, ele usa apenas as palavras: ouvir, audiência, debate, palavra e interpelar.

Nos arts. 221 e 222, que tratam especificamente sobre o comparecimento do Ministro, tampouco é usada a palavra discussão nesse contexto justamente para que não haja a confusão com a etapa processual da discussão. Nesses dispositivos, o regimento usa apenas os termos: interpelação, debate, usar da palavra, considerações, falar, esclarecimentos.

Por todo o exposto, fica claro que a imposição do art. 17, § 2º não se enquadra para o Presidente de Comissão e tampouco se enquadra para a interpelação de Ministro de Estado em audiência pública de Comissão.

Sendo assim, indefiro a questão de ordem de Vossa Excelência.

**RODOLFO NOGUEIRA**

Presidente